

O COMÉRCIO DA NATUREZA: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DE VARGEM GRANDE, CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Clara Machline Ribeiro de Oliveira¹
Graduada em Geografia
Ex-Bolsista do grupo PETGEO PUC-Rio
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
claramac@gmail.com

Resumo

Vargem Grande, bairro localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro é visto e consumido como um dos últimos resquícios do “rural” na cidade. O bairro localiza-se no sopé do Maciço da Pedra Branca e dentro desse contexto, a imagem do bairro de Vargem Grande no imaginário carioca é a de um lugar rural, um espaço onde a paz e tranquilidade predominam, em que as principais atividades são as ligadas ao campo. A questão que surge em relação ao desenvolvimento urbano é a contradição entre o crescimento do bairro (e sua progressiva urbanização) e a presença do “ar bucólico”. Os restaurantes lá presentes vendem serviços que têm um valor agregado pelo clima rural, pela presença da “natureza”. A procura por esses estabelecimentos tem crescido juntamente com o próprio bairro, com sua urbanização. Com essa urbanização é provável que a área verde passe a ser mais escassa, mesmo com a presença do Parque Estadual da Pedra Branca. Com isso, pretende-se entender as contradições inerentes ao sistema capitalista e de que maneira, atualmente, a valorização da natureza tem sido uma forma de se extrair lucro, ultrapassando mais uma contradição e, ao mesmo tempo, criando uma nova.

Palavras-chave: Espaço, Vargem Grande, Natureza

THE COMMERCE OF THE NATURE: THE CONSTRUCTION OF SPACE IN VARGEM GRANDE NEIGHBORHOOD, CITY OF RIO DE JANEIRO.

Abstract

Vargem Grande, neighborhood located at the West zone of the city of Rio de Janeiro, is perceived and consumed as one of the last rural areas in town. The neighborhood is established at the bottom of the Pedra Branca massif and, in this context, the image of Vargem Grande in the mind of the cariocas is one of a farmland, a space where peace and tranquility domain, where the main activities are connected to the country. The question that occurs regarding the urban development is the contradiction between the local outgrowth (and its progressive urbanization) and the presence of the “bucolic air”. The restaurants present there offer services which added value comes from the rural climate, and the presence of “nature”. The search for these establishments has grown along with the neighborhood and its urbanization. With such urbanization, it is probable that the green area will become rarer, despite the presence of the State Park of Pedra Branca. Departing from this, we intend to understand the contradictions inherent to the capitalist system and how, nowadays, the valorization of nature has become a way to obtain profit, surpassing one more contradiction and, at the same time, creating a new one.

Keywords: Space, Vargem Grande, Nature

¹ Trabalho orientado pelo Professor Dr. Alvaro Ferreira, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Introdução

Grande parte da produção geográfica atual tem revelado o papel e a importância do espaço na reprodução do capital. Muitos geógrafos se debruçam sobre o tema e contribuem para uma discussão na qual se recorre tanto a autores clássicos como a seus críticos e os que se propuseram a atualizar suas idéias. Neste sentido, entendemos que a Geografia pode corroborar para a compreensão dos processos pelos quais a sociedade tem passado, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento das ciências humanas, para uma nova visão dessa sociedade, quiçá para sua transformação. A partir disso, percebemos como se torna importante que se pense o espaço, que se entenda a maneira com que ele é construído, concebido e vivido, pois “em seu processo de extensão, o capitalismo, longe de prescindir do espaço, realiza-se por meio deste - reproduzindo o espaço em um ‘novo patamar’” (CARLOS, 2005, p. 30). A centralidade do espaço na reprodução capitalista apontada pela autora adquire uma crescente importância no atual processo de globalização, com uma nova significação e novas estratégias de exploração, resultando na geração de novas contradições.

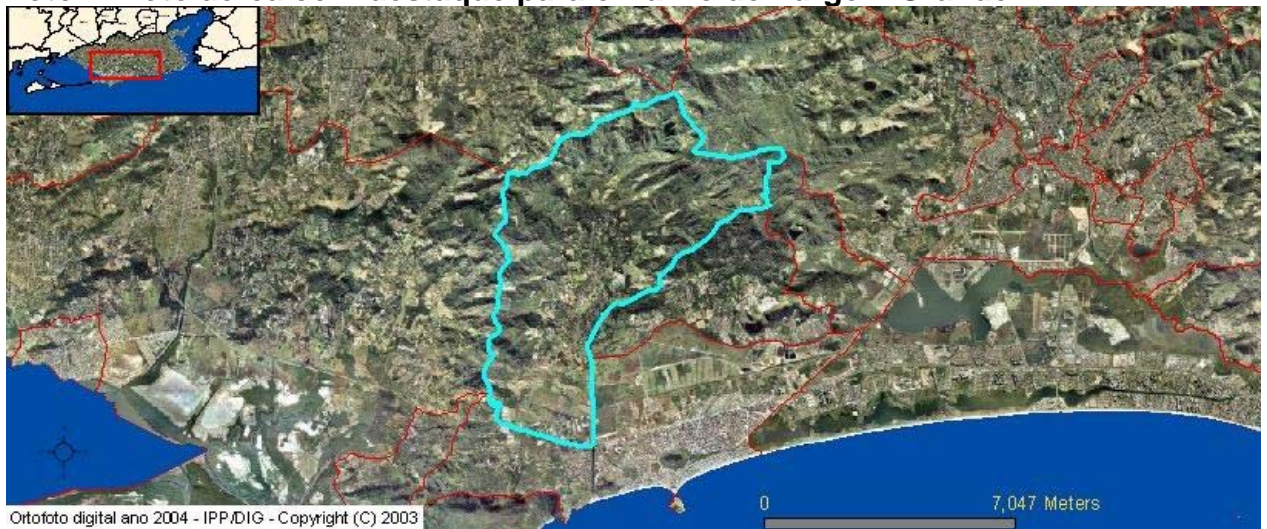
Dentro deste contexto, a presente pesquisa busca compreender como se dá a apropriação do espaço no bairro de Vargem Grande, Cidade do Rio de Janeiro. Neste lugar há uma especificidade em relação ao restante da Cidade, que é a existência de um parque florestal e a marcante presença da floresta, o que faz (como será tratado) com que o capital se aproprie do espaço de uma maneira muito específica, a partir da comercialização da natureza, de sua transformação em mercadoria. Nossa questão é entender de que maneira se dá essa apropriação, utilizando, como exemplo, os restaurantes localizados no bairro. Para tal fim, o texto é dividido em duas partes. Na primeira, a evolução urbana do Rio de Janeiro é relacionada com a evolução de Vargem Grande objetivando entender as especificidades do bairro. Na segunda parte, analisaremos como o espaço se torna mercadoria, a partir da natureza enquanto mercadoria. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas,

além do levantamento bibliográfico, a análise de fotografias bem como a realização de entrevistas, não só com os proprietários dos restaurantes e outros estabelecimentos, como com freqüentadores do lugar (moradores ou não do bairro).

A Evolução do Espaço no Bairro de Vargem Grande

Vargem Grande é um bairro localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Com uma área de 3.938,04 ha e uma população de 9.306 pessoas, integra a Região Administrativa da Barra da Tijuca, fazendo limite com os bairros Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá, Senador Câmara, Campo Grande, Guaratiba e Barra de Guaratiba (ver Foto 1).

Foto 1: Foto aérea com destaque para o Bairro de Vargem Grande.



Vargem Grande localiza-se no sopé do Maciço da Pedra Branca (que em grande parte é protegido pelo Parque Estadual da Pedra Branca) e dentro desse contexto, a imagem deste bairro no imaginário carioca é a de um bairro rural, um espaço onde a paz e tranqüilidade predominam, em que as principais

atividades são as ligadas ao campo. A grande cobertura verde pertencente ao Parque Estadual da Pedra Branca proporciona uma paisagem deveras agradável (Foto 2). Porém, quando se observa o lugar com uma visão mais crítica, essa imagem parece dissolver-se e os valores urbanos lá presentes saltam aos olhos do observador. Não é por acaso que a floresta do Parque Estadual é considerada, por especialistas, como uma floresta urbana (também não por acaso, a maior do mundo).

Foto 2: Propriedade em Vargem Grande com vista para o Maciço da Pedra Branca



Destaca-se nessa Foto a beleza da paisagem do bairro de Vargem Grande, o que atrai muitas pessoas ao lugar.

(Fonte: acervo pessoal)

Historicamente, Vargem Grande (assim como Vargem Pequena e Camorim, à época engenhos) pertencia ao Mosteiro de São Bento deixada como herança por Vitória Correia de Sá em 1667. Sua produção era voltada basicamente a produtos como açúcar, carne, anil e materiais de construção (tijolos, telhas e madeira). Durante o século XIX houve também uma larga

produção de café (FRIDMAN, 1999). Em 1891 as terras foram vendidas a duas empresas: Banco do Crédito Móvel e Companhia Engenho Central de Jacarepaguá: “Ao Banco elas foram transferidas quando a Companhia Engenho Central de Jacarepaguá foi extinta. Estas companhias haviam comprado do Mosteiro de São Bento que, por sua vez, recebeu grande parte das terras como doação de Dona Vitória de Sá, em 1667” (FRIDMAN, 1999, p. 246).

Ao longo do séc XX o bairro sofreu um grande processo de loteamento e conseqüentes transformações, principalmente desde a década de 1990, que podem ser percebidas através dos depoimentos de proprietários de estabelecimentos com maior tempo de existência no lugar. Um proprietário de haras se manifesta a esse respeito:

Eu sinto muita diferença, Vargem Grande hoje ainda comporta ter cavalo, ter um haras. Antes de eu começar com o haras, na década de 90, todo mundo tinha cavalo aqui e vinha pra passear a cavalo. Hoje pra andar a cavalo em Vargem Grande só se você souber andar a cavalo direito e subir nos morros, nas trilhas. Porque aqui já não dá mais para andar, é cheio de asfalto, cheio de gente. Essa explosão imobiliária que teve aqui tirou esse perfil de campo, de rural. Ainda tem, mas menos. Hoje a gente tem muito cavalo aqui de corrida, de prova de salto, de tambor. Mas antigamente só tinha Manga-larga, de passeio. (Carlos Niemeyer- Haras do Carlinhos)

Pode ser notada, desta maneira, uma tendência para a crescente urbanização do bairro, com o acréscimo de equipamentos urbanos, mas ainda se mantendo a “natureza” visível, principalmente a floresta das encostas. É dessa forma que os estabelecimentos comerciais do bairro podem ter um apelo comercial voltado para a natureza: Vargem Grande sendo percebido como um espaço rural. Em entrevistas realizadas com clientes dos restaurantes lá presentes ficou evidente como essa percepção é essencial para a manutenção desse comércio. Um exemplo está na fala de um deles, freqüentador a mais de 20 anos do bairro, que diz que “as principais características de Vargem Grande são justamente o verde, a forma de vida alternativa e a informalidade. É um

bom centro gastronômico, um lugar sem violência”. Porém, esse mesmo cliente nota que “antigamente não era assim, era mais verde. Agora tudo vem sendo ocupado e sem organização”.

Tal transformação no bairro se deu em grande parte por sua localização em relação ao eixo de crescimento da zona sul da cidade. Conforme tratado por Leitão (1999, p. 13),

a ocupação da Baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca (...) representa a etapa mais recente de um processo contínuo de produção de espaços residenciais seletivos, iniciados, na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Esse eixo de expansão da elite da cidade do Rio de Janeiro, conforme já tratado por Leitão, teve início no século XIX, em que se “começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais” (ABREU, 2006, p. 35). A estratificação espacial teve início devido à contradição escravismo x capitalismo. Até o século XIX, a população vivia muito próxima, independente da classe social, com a elite “diferenciando-se do restante da população mais pela forma-aparência de suas residências do que pela localização das mesmas” (ABREU, 2006, p. 35). Com a vinda da Família Real, a independência do Brasil e o crescente predomínio da produção de café na economia surge nesse século uma grande quantidade de trabalhadores livres. Soma-se a isso a grande quantia de investimentos internacionais que a cidade atraía, a procura de novas maneiras de reprodução do capital. Assim, grande parte desse montante é empregado em serviços públicos, como esgoto, gás e principalmente transporte. A cidade, agora regida por duas lógicas, passa a manifestar grandes contradições. Como nos mostra Abreu (2006, p. 36):

as contradições da cidade só serão resolvidas no início do século XX. Tal resolução, entretanto, só será possível porque, no decorrer do século XIX, são lançados no espaço os elementos que a possibilitam, dentre eles a separação, gradual a princípio, e

acelerada depois, dos usos e classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial.

Essa separação se deu com a introdução do bonde de burro servindo a zona sul e o trem a vapor servindo a zona norte. Cabe ressaltar que as classes mais ricas começaram a habitar os lugares servidos por bondes e as classes mais pobres lugares servidos pelo transporte “sujo”: o trem. Desta maneira, pode-se começar a entender a origem da grande segregação espacial manifestada no município do Rio de Janeiro e perceber, também, o início do eixo de expansão que culmina nos dias de hoje com a intensa ocupação do solo da Barra da Tijuca com uma parcela da população muito específica, assunto que será tratado adiante.

Seguindo a evolução do espaço urbano da zona sul carioca, o bairro de Botafogo se tornou habitado por uma população muito abastada e em 1892 é inaugurado o túnel velho, ligando este bairro a Copacabana. Esse bairro, na época, era um imenso areal, praticamente sem habitação e era visto por alguns acionistas da empresa de bondes como um “deserto arenoso”, por outros como uma grande promessa, um bairro luxuoso a ser criado e com possibilidade de gerar lucros. Nota-se que o Estado “patrocinava” (com arruamento e obras de infra-estrutura) a estratégia de lucro dos especuladores e empreendedores, evidenciando uma prática ocorrida hoje que é o favorecimento do Estado em relação a determinadas classes. Sobre isso, Leitão (1999, p. 13) afirma que

na construção desse espaço urbano marcado pela segregação social, o Estado teve, como veremos, um papel decisivo. Se, por um lado, caracterizar o Estado como mero instrumento de ação política do capital seria incorrer na mesma visão simplista daqueles que o consideram neutro e, portanto, um poder moderador voltado para o bem comum, é inegável que, no caso das grandes cidades dos países capitalistas (especialmente aqueles que integram o grupo chamado capitalismo dependente), o que se observa é a interação entre as forças econômicas e Estado.

É freqüente o Estado privilegiar os interesses dos grupos mais poderosos, com a adoção por parte do Estado de políticas voltadas para esses.

O espaço muitas vezes (se não sempre) manifesta essa prática e a cidade do Rio de Janeiro, como se nota, é um exemplo bem claro disso.

A reforma urbana de Pereira Passos (prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906) visou adaptar a cidade para que esta se tornasse condizente com a nova elite capitalista (superando as características coloniais). A zona sul era vista como a grande saída para se abrigar essa população. Assim, facilitou-se seu acesso com a perfuração do túnel do Leme e a construção da Avenida Atlântica. A zona sul, com isso, se afirmou cada vez mais como núcleo e houve sua crescente diferenciação com a periferia, estrutura essa que continua marcante atualmente.

Assim, o bairro de Copacabana foi vendido após seu loteamento. Desta forma, a estratégia de “preparar” áreas da zona sul para posterior revenda tinha se revelado bem sucedida e não havia razão para duvidar do sucesso do empreendimento” (ABREU, 2006, p. 48/49). Logo após Copacabana, Ipanema e Leblon (esse na década de 1920) sofreram esse tipo de ocupação.

Até os anos 40 o adensamento populacional continuou crescendo aceleradamente e Copacabana já é vista como um subcentro. Nos anos 50 são necessárias adaptações na cidade por causa do crescente número de carros, culminando com a construção do aterro do Flamengo e do túnel Rebouças (ambos entre 1961 e 65).

A cidade do Rio de Janeiro, desde a década de 60, e com maior intensidade nos anos 80 e 90, teve sua expansão física muito acentuada em direção à Zona Oeste, porém, o Estado desde muito antes previu e “preparou” essa expansão através do Plano Piloto para a ocupação da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, durante a gestão do governador Francisco Negrão de Lima (1968/1971). Leitão (1999, p. 15) afirma que

o final dos anos 60 registraria, no entanto, aquela intervenção do poder público na estruturação do espaço urbano carioca em que seriam evidenciados, de forma nítida, os elos que unem o Estado

capitalista aos grandes grupos financeiros, imobiliários e industriais: a ocupação da Barra da Tijuca, regulada por um plano urbanístico elaborado, especificamente, para a anexação desta fronteira de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A preparação para tal expansão se deu, portanto, através de investimentos em infra-estrutura urbana e da construção de um complexo sistema viário, composto por túneis, estradas, viadutos e elevados. De acordo com Leitão (1999, p. 20), essa nova frente de urbanização se caracteriza como extensão das áreas residenciais litorâneas (referindo-se à Copacabana-Ipanema-Leblon).

Presentemente, a Barra da Tijuca passa por um *boom* imobiliário sem precedentes e o Recreio dos Bandeirantes, anteriormente uma reserva de valor, cada vez mais está integrado à lógica da especulação imobiliária. Lago (2002, p. 165) ao tratar da expansão urbana do Rio de Janeiro durante os anos 90, afirma que “o reaquecimento da produção intensificou a renovação do estoque nas zonas sul e norte e a expansão da Barra da Tijuca, que passa a tender a uma demanda mais diversificada”. Já em 1987, como mostra Abreu (2006, p. 135), a Cidade sofreu uma tendência em seu processo de urbanização nessa direção:

(...) Note-se entretanto, que embora essa nova área da cidade ainda esteja esparsamente habitada, o Estado, em associação com o capital privado já vem investindo grandes somas na sua “preparação” (abertura de estradas e ruas, pavimentação, iluminação pública, instalação de infra-estrutura, etc.), em detrimento de investimentos as urgentes e mais necessários que poderiam ser realizados nas zonas suburbanas da cidade ou na periferia metropolitana.

Como Vargem Grande localiza-se a norte do bairro do Recreio dos Bandeirantes também entra nesse eixo de expansão da Cidade. No entanto, esse bairro guarda uma especificidade, que é a presença, não só da floresta (que também está presente de certa forma em toda a cidade), mas um clima, um “ar” rural, bucólico. Com as mudanças pelas quais passou nos últimos

anos, pode-se perceber que a natureza em Vargem Grande é comercializada, assim, “o espaço onde é possível encontrar a ‘paisagem natural intocada’ é transformado para ganhar outro uso e ser consumido como sendo extensão do urbano” (SANTANA, 1999, p. 179), A Foto 3 mostra o vale onde se encontra o eixo da urbanização do bairro, podendo-se perceber que a floresta e a área de urbanização se encontram, estando o bairro cercado pelo verde.

Foto 3: Foto aérea de um dos principais eixos urbanizados do bairro de Vargem Grande



Destaca-se o contraste entre o eixo de urbanização do bairro e o Maciço da Pedra Branca, que é recoberto por uma exuberante Mata Atlântica.

Segundo o Instituto Pereira Passos (dados de 2001), apenas 28,49% da área total do bairro é urbanizada e/ ou alterada. A presença dessa “paisagem natural intocada”, coloca uma questão em relação às empresas do lugar (especificamente os restaurantes) a partir da contradição entre o crescimento

do bairro (e sua progressiva urbanização) e o imaginário de um "ar bucólico". Os restaurantes, haras, lojas de plantas ornamentais etc., vendem serviços que têm um valor agregado pelo clima "rural", criado a partir da presença da natureza. A procura por esses estabelecimentos tem crescido juntamente com o próprio bairro, com sua urbanização que provavelmente tornará a "natureza" mais escassa, mesmo com a presença do Parque Estadual da Pedra Branca.

O Parque marca profundamente o bairro de Vargem Grande, pois as matas localizadas no maciço da Pedra Branca são protegidas, pelo menos em tese. Segundo Oliveira (2005, p.26), "essa unidade de conservação tem a extensão de 12.398 ha (o que representa 16% do município do Rio de Janeiro) (...). Seu limite oficial é a cota de 100 metros, englobando, assim, cerca de 70% do maciço". O maciço, por sua vez, está presente em diversos bairros do Município, não só da zona oeste (como Vargem Pequena, Camorim etc.), como também da zona norte (Madureira, Bangu, Campo Grande etc.). Ainda segundo o autor, "o Maciço da Pedra Branca vive atualmente um acelerado processo de desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno e de expansão da degradação ambiental" (p. 26). A floresta, desta forma, tem se tornado cada vez mais frágil, frente à pressão da ocupação e existem alguns fatores que tornam essa fragilidade ainda mais intensa. Um exemplo é o fato de que "dispõe-se, sobre o Maciço da Pedra Branca, de um conjunto de conhecimentos científicos muito reduzidos se comparado ao maciço da Tijuca. Essa situação é ainda mais inquietante quando se considera ser a zona oeste o pólo de crescimento da cidade do Rio de Janeiro" (OLIVEIRA, 2005, p. 25). A importância desse ambiente se dá, além de tudo, por ser uma mata que contém "várias espécies de madeira de lei, muitas raras e endêmicas, tais como o raro jequitibá (*Cariniana legalis* e *Cariniana estrellensis*), tapinhoã, a endêmica nós-moscada-silvestre, somente encontrada no município do Rio" (Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, 2001, p. 37).

A criação do Parque começou a ser pensada quando, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro começou a sofrer as conseqüências do desmatamento de suas florestas.

(...) A devastação que ocorreu no Estado para dar lugar às diversas culturas também se alastrou na região. O eventual comprometimento de tais recursos impulsionou a primeira iniciativa de proteção em 1908, quando o governo federal adquiriu as áreas dos mananciais do Rio Grande e do Rio Camorim, visando o aprimoramento dos sistemas de captação e distribuição de água potável, que havia sido represada desde o século XIX para o abastecimento das populações vizinhas (Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, 2001, p. 37).

Segundo a fonte acima citada, o Parque Nacional da Tijuca também teve a raiz de sua criação no mesmo contexto de crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro e da falta de água. No entanto, a fundação do Parque Estadual da Pedra Branca se deu mais tarde. Antes disso, ainda na primeira metade do século XX, “o governo federal instituiu as Florestas Protetoras da União de Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guratiba, Colônia, Piraquara e Curicica com o objetivo de proteger os recursos vitais”. Somente em 1963, pelo Decreto nº 1.634, a área foi declarada de utilidade pública para que fosse desapropriada. Após mais de 10 anos, em 1974, passada uma longa fase de estudos, “o Parque Estadual da Pedra Branca foi criado, por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974, cujos limites englobam, inclusive, as Florestas Protetoras da União” (Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, 2001, p. 37).

O que ocorre é que a Floresta da Pedra Branca, que ultrapassa os limites do Parque, vem perdendo terreno para a urbanização. Assim, o crescimento da parte urbanizada e a diminuição da área florestada têm gerado uma ampla discussão entre os moradores, empresários e construtores de Vargem Grande, pois o bairro nunca possuiu regras para sua ocupação. Em 30 de maio de 2006 foi aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o Projeto

de Estruturação Urbana (PEU) dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca, contendo orientações para a ocupação urbana da região. Este projeto possui trechos bastante polêmicos e não há dúvidas de que muitas partes ainda sofrerão mudanças. O que interessa para o presente trabalho é o fato de que todas as terras situadas entre as cotas 60m e 100m (onde começa o Parque Estadual da Pedra Branca) são consideradas ZRU (Zona Residencial Uni/ Multifamiliar). Isso significa que o estado permite a construção de grupamentos multifamiliares (condomínios) nas encostas, o que não constava na legislação anterior. Com o estado regulamentando esse tipo de urbanização, as encostas poderão perder boa parte de sua área verde, remetendo a reflexão para a contradição vivida pelos restaurantes. Um trecho do PEU que ajuda a entender o processo é o Artigo 39 e seu §1º:

Art. 39. Na área abrangida por este PEU não será permitida, sob qualquer condição, a abertura de vias públicas acima da cota mais sessenta metros.

§1º. Será autorizada a abertura de vias internas em grupamentos residenciais unifamiliares entre as cotas sessenta metros e cem metros, por iniciativa de particulares, aproveitando as vias e trilhas informalmente existentes, que servem de acesso às propriedades situadas nessas encostas.

Essa parte do PEU mostra que o estado não se responsabiliza pela abertura de vias entre as cotas 60 e 100 metros, deixando essa responsabilidade para grupamentos residenciais unifamiliares, ou seja, condomínios (ou dos construtores que os possuem). Depreende-se daí que o adensamento populacional em Vargem Grande tende a aumentar e que o estado entrega grande parte da responsabilidade pela organização desse espaço ao construtor.

Assim, pode-se voltar à questão dos empreendimentos que, em certa medida, comercializam o verde em Vargem Grande, como restaurantes e haras que cada vez mais terão que lidar com a ocupação do solo e a diminuição da

área verde. Desta forma, questiona-se como essa reprodução do capital continuará a ser realizada. Será que essas empresas terão que mudar seu perfil ou mudar sua localização? Em entrevista, o dono de um estabelecimento bastante tradicional de Vargem Grande afirma que “no dia em que construírem um prédio aqui na frente eu mudo, na mesma hora, meu restaurante para Parati” (Aylton de Oliveira).

Assim, percebe-se que esta contradição entre o crescimento urbano e a preservação da Mata Atlântica agregando valor aos serviços oferecidos é uma questão marcante em Vargem Grande e não pode ser compreendida sem a apropriação da natureza pelo capital. Também é necessário se levar em conta a produção do espaço que, afinal de contas, é o que se compra, é a esfera onde é realizado o capital, a esfera onde é realizado o ser humano. Diferente de ser apenas um palco, o espaço marca profundamente o homem, dá condições para sua existência e, ao mesmo tempo, é produto de suas relações.

A apropriação do espaço pelo capital: o bairro de Vargem Grande

A natureza atualmente é também mercadoria, “agregadora” de valor a determinados produtos comercializados, apresentando-se como uma grande e lucrativa saída para os chamados “gargalos” do capital. Porém é na escala do lugar que ela se manifesta, quando se observa o pequeno, e não o global, que a mercadoria natureza é notada como um produto sobre o qual muito se ganha. Para isso, como será visto adiante, é necessário que ela seja muito valorizada enquanto um bem cada vez mais raro, que ela seja considerada como algo que se possa consumir. Assim, “a questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na base da sociedade de consumo. A formação e a disseminação da consciência ecológica induz um gosto e uma preferência de consumo” (SANTANA, 1999, p. 181).

E como entra o espaço na relação capital – “natureza”? Santana (1999, p. 181), ao tratar do ecoturismo, afirma que “a noção de espaço construído é ampliada. Outrora, quando os elementos naturais eram abundantes não havia necessidade de produzi-los, mas nas circunstâncias atuais é possível fomentar a idéia de produzir um espaço para o ecoturista”. Desta maneira, pretende-se abordar a questão do espaço, enquanto meio, produto e condição, e como ele entra na lógica da reprodução do capital, tendo em mente que “o capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço” (OSEKI, 1996, p. 114). Quando se pensa em “criar o espaço” é importante deixar claro que não necessariamente pensamos no surgimento de um novo espaço, ou mesmo na construção física, ou seja, de formas. O caso de Vargem Grande se dá justamente pelo que é deixado, pelo que poderia ser destruído, mas se decide manter. Desta maneira, percebe-se, à primeira vista, que o espaço que ainda guarde resquícios de “paisagem natural” pode ser explorado como um espaço com um diferencial e, conseqüentemente, ele entra na lógica do capital, em uma lógica vinda de “fora”, não pertencente ao lugar, desta forma,

as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental do mundo de hoje: muitas ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra. (SANTOS, 2006, p. 80)

As necessidades alheias as quais se refere Milton Santos, no bairro estudado, aqui são notadas como a crescente “necessidade” do homem atual de estar em contato com o “verde”, com a “natureza”. O bairro se mostra um lugar privilegiado para que essa lógica seja implementada, um espaço que vai adquirindo funções novas (vindas de fora) a partir de formas pré-existentes (a floresta), como pode ser notado na Foto 4, em que se observa um restaurante com o maciço florestado ao fundo. Na fotografia percebe-se como esse estabelecimento, de uma construção simples, não muito sofisticada, apela para

o estilo “rústico”, se encaixando “perfeitamente” com a floresta ao fundo, ou seja, há a possibilidade para o proprietário do restaurante extrair lucro por estar em um lugar que possua essa área verde. É justamente essa a atmosfera procurada pelos clientes que vão ao bairro, como um antigo frequentador do bairro, que vem do Méier (na zona norte da cidade), que afirma que

Vargem Grande pra mim é um espaço natural, com muito verde e muito mosquito (risos), a noitinha aqui tem muito mosquito. Nós viemos buscar espaço, fazer contato com a natureza sem pressa. Sempre aproveitamos pra fazer outro passeio aqui perto, quando viemos ao restaurante.

Foto 4: Restaurante com o Maciço da Pedra Branca ao fundo.



Destaca-se nessa foto um restaurante em 1º plano e o belo Maciço ao fundo, gerando uma atmosfera “natural” no espaço, um clima rústico.

(Fonte: acervo pessoal)

Quanto à dita “escala de realização das ações”, em relação ao seu comando, nota-se que não é necessariamente um “comando” propriamente dito, mas um movimento do mercado mundial. Como será visto adiante, há uma valorização que se dá em diversas escalas, inclusive mundialmente, com grandes corporações transnacionais e o próprio movimento que criou o Protocolo de Kyoto (em que o carbono adquire inclusive um peso de troca). Porém, é na escala do lugar que essa valorização se realiza materialmente. Como se observa no caso de Vargem Grande e em outros lugares

(principalmente aqueles voltados para o ecoturismo), são adquiridas funções que estão dentro desse atual processo mundial.

Vargem Grande tornou-se um híbrido, em que o homem busca na natureza um valor agregado para sua produção, tornando natureza e sociedade um conjunto, uma relação quase inextricável, confirmando o que Santos (2006, p. 101) sintetizou quando afirmou que “no mundo de hoje, é freqüentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens”. Pode-se compreender Vargem Grande como um espaço produzido, quando se percebe que “hoje no mundo moderno não se produz apenas mercadorias como mesa, roupas ou cadeiras, mas o espaço voltado para o consumo” (CARLOS, 1999, p. 70). Esse espaço do consumo, em Vargem Grande, é aqui tratado como o trecho florestado das encostas, sendo que esse trecho ganha um valor na medida em que ele, como foi anteriormente citado, ajuda a agregar valor aos produtos vendidos pelos donos dos estabelecimentos nesta pesquisa tratados, que são os restaurantes. Mas de que maneira se dá esse valor?

A “natureza” é valor de troca para os donos dos restaurantes e se torna mercadoria justamente porque seu valor de uso é o valor de troca. Mas para a natureza possuir de fato valor de troca ela tem que ser valor de uso para alguém, que nesse caso são os clientes que freqüentam esses estabelecimentos. Desta forma, para os proprietários, a natureza tem valor de uso enquanto valor de troca, pois os clientes a “consomem”. Porém, ao mesmo tempo, para os clientes, o valor de troca da natureza (o ponto de encontro entre o dono e o cliente) só existe pelo seu valor de uso. Logo, valor de uso e valor de troca não existem em si, somente um *no* outro. Essa complexa relação só se dá porque os dois lados (donos e clientes) têm a natureza, ao mesmo tempo, como valor de uso e valor de troca. Santos (2006, p. 65) ao pensar a natureza e sua apropriação afirma que:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais,

passam, também, a ser objetos. A natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.

Essa importante passagem mostra que é através de sua valoração que o movimento ecológico desnaturaliza a natureza. Dentro desse movimento, com a mesma “força propulsora”, surge a valorização do verde como mercadoria, como um apelo para o consumo ecológico. A transformação de coisas em objetos mostra a passagem da primeira para a segunda natureza, através do “conjunto de intenções sociais”. O autor mostra que o valor que as coisas adquirem as transforma em objetos e que isso se dá através da intencionalidade humana, que varia de acordo com a sociedade. Para citarmos um exemplo, comparamos as relações que pessoas de diferentes grupos sociais têm com a neve. Se um indivíduo que nasceu e cresceu no Brasil e nunca teve contato com neve enxergar a imensidão branca em que vive um esquimó, ele não enxergará mais que essa imensidão branca e gelada. Diferentemente, um esquimó consegue perceber a diferença entre a textura e a cor de diferentes neves, enxergando ambientes diferentes onde, para um brasileiro, nada existe. Com isso, queremos mostrar que o mesmo fenômeno pode ser “coisa” ou “objeto” para olhares diferentes, para sociedades diferentes, que carregam diferentes intencionalidades, atribuindo diferentes valores. Dentro deste contexto, notamos a evolução do próprio sistema capitalista sempre tendendo a se apropriar de coisas, movimentos ou mesmo lugares que o neguem (que não se encontravam dentro de sua lógica) e os tornado “produtos”, “mercadorias” que nessa nova fase contenham valor e contribuam para a manutenção (pela contínua reprodução) do sistema.

Em uma outra passagem, Santos nos ajuda a compreender (através da ação) a importância de se trabalhar a intencionalidade quando se estuda a natureza. Ele afirma que “a ação é própria do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro” (2006, p. 80), ou seja, não possui um valor intrínseco, é

apenas uma “coisa”, para ser objeto ela deve ser vista sob o olhar da intencionalidade, que somente o homem possui e é sob o olhar humano que a natureza valoriza-se. “Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (SANTOS, 2006, p. 73). A valorização se dá fora do homem, em uma coisa externa a ele, mas que acaba transformando a si mesmo, no ato de se dar um valor a algo. Tal perspectiva nos remete à idéia de que o espaço é produzido de dentro para fora, pois é o homem quem atribui ou deixa de atribuir valores, é a intencionalidade o que cria espaço e esta vem do olhar humano.

Voltando a Santos (2006, 63), recorreremos a sua definição de espaço como sendo hoje “um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. Nesse importante texto o autor afirma que sistemas de objetos e sistemas de ações formam o espaço em um conjunto indissociável. “A partir do entendimento do que deve ser o objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, *geograficamente*¹, os objetos encontrados” (SANTOS, 2006, p. 77). Essa passagem mostra que ao tratarmos o verde em Vargem Grande como a natureza em forma de mercadoria podemos pensar de maneira geográfica, para isso recorreremos à proposta do autor em considerar o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Vimos que a natureza só se torna objeto pela valorização por parte do homem. É por meio da ação que essa valorização é realizada. Porém, como foi retratado nas citações acima, essas ações e esses objetos estão cada vez mais artificializados. O sistema de ações abarca, no lugar, freqüentemente uma racionalidade alheia, que no presente trabalho pode ser percebida como o atual movimento do capitalismo de valorização do verde enquanto mercadoria.

A natureza assim é mercadoria, mas uma mercadoria diferente da pensada por Marx, pois há um trabalho imaterial nela aplicado, há o fato de serem mantidas áreas verdes e o contraste com o restante (nesse caso, o que

Vargem Grande tem e que grande parte do Rio de Janeiro não tem). Faz parte desse trabalho imaterial, também, todo o marketing envolvido, toda a valorização do verde. Um exemplo pode ser percebido da propaganda de um dos mais conceituados restaurantes em um site de internet dedicado ao lazer, que publica que "a casa é escondida – indicada na estrada por uma tabuleta. Lá dentro, uma choupana cercada de verde abriga parte das mesas. Este é o cenário para um programa quem quer se demorar". (Retirado do site www.clicfilhos.com.br/site)

Deve-se voltar ao texto de Santana (1999, p. 180) quando afirma que "a escassez, num primeiro instante é consequência do processo de produção capitalista, mas a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural num bem raro, portanto passível de ser valorizado". Que valor é esse? É valor de uso ou valor de troca? A autora responde afirmando que "o uso parece ter sido privilegiado quando, à primeira vista, observa-se a propaganda do 'vender o verde' mas o que ocorre é a sua simulação". O 'trabalho contido' para que o verde se torne mercadoria de fato decorre de sua valorização pela sua escassez e por haver, de fato, um trabalho ali realizado: um trabalho imaterial. "A mercadoria assume consigo mesma tudo o mais que está acontecendo na situação social, na qual ela é produzida e consumida" (HARVEY, 1980, p. 134), logo, o verde, pode sim, ser considerado mercadoria e a produção do espaço está intimamente atrelada a essa afirmativa. Ora, a "situação social" a qual Harvey se refere aqui é percebida como essa nova estratégia de valorização da natureza para contornar os entraves que o próprio sistema criou e agora extrai lucro, transformando-a em um novo produto. Pode-se notar a natureza como produto na frase do cliente que afirma que "para mim aqui é verde, rural, sítio, cavalo e restaurante", ou seja, Vargem Grande para ele é tudo o que está sendo mostrado como mercadoria para seu consumo, e é justamente isso o que o faz ir até lá.

Harvey (1980, p. 163) retoma o tema do consumo, afinal, a produção não pode ser tratada separadamente deste. Ele afirma, baseado em Marx, que

Um modo de produção dominante, observou Marx, cria inevitavelmente as condições de consumo. Por isso, a evolução dos padrões de uso do solo urbano pode ser entendida somente em termos de processo geral pelo qual a sociedade é arrastada em direção a (...) um padrão de necessidades sociais e relações humanas (...) pelas forças cegas de um sistema envolvente de mercado. A evolução da forma urbana é parte integral desse processo geral, e a renda, como medida de interpretação dos valores de uso e valores de troca, contribui notavelmente para a manifestação desse processo.

Ao tratarmos da renda, como proposto por Harvey no trecho acima, percebemos que os estabelecimentos comerciais aqui trabalhados conseguem aumentar seus lucros a partir da noção de renda, conforme proposta por Marx (a renda de monopólio, a renda absoluta e a renda diferencial). Não é de nosso interesse levantar a discussão sobre essas três formas (nos reservando a tratar da renda diferencial), mesmo sabendo que essa separação é puramente analítica e que, na prática, não se deve separar as três manifestações de renda. Porém, apenas será tratada a renda diferencial para alcançarmos nosso objetivo no presente trabalho, que é entender de que maneira a natureza é explorada enquanto mercadoria em Vargem Grande por um determinado seguimento de mercado.

A renda diferencial surge do excesso de lucro de certos produtores em virtude de uma situação vantajosa (e “esses lucros são embolsados pelos proprietários sob forma de renda”). Oliveira (1990, p. 74) define, baseado em Marx, a renda diferencial como sendo a “diferença entre o preço individual da produção do capital particular (que dispõe de uma força natural monopolizadora) e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado”. Ou seja, no caso da agricultura, um terreno com um solo mais rico em nutrientes ou localizado mais próximo do centro consumidor baixaria o custo da produção. O produto não seria mais caro, mas o proprietário teria um excedente de lucro em relação a um outro produtor com solo pior ou um terreno mais afastado. Marx (*apud* HARVEY, 1980, p. 154) leva a noção de renda diferencial à teoria do uso do solo urbano, afirmando que “no caso da renda do solo em relação a moradias, a situação constitui,

decisivamente, um fator para a renda diferencial, como a fertilidade (e a situação) no caso da renda agrícola”. Pensamos que esse raciocínio pode ser levado para os estabelecimentos comerciais em Vargem Grande. Nesse caso, os donos dos restaurantes retiram essa renda diferencial porque estão localizados em um lugar de vantagem em relação a, por exemplo, restaurantes da região serrana, como em Teresópolis. Um cliente que procure um clima rural, um contato com o verde, não precisa se deslocar para fora do município do Rio de Janeiro, ele pode ir à Vargem Grande. Esse fato é observado na fala de um cliente de um restaurante que afirma que Vargem Grande “é perto, mas não é no contexto principal da cidade”. Uma outra cliente, moradora da Barra da Tijuca, que diz que

Nós buscamos tranquilidade, mudar os ares. Aqui tem uma relação custo/benefício muito boa, porque você vai para um lugar meio nativo, não tão caro, em apenas 15 minutos sem sair da cidade. Parece que você saiu do Rio, com a vantagem de ter andado só 15 km.

É importante que se aborde, também, que o Estado, mesmo que indiretamente, dá suporte para a reprodução do capital da maneira como ela é feita em Vargem Grande, pois é só com a sua proteção sobre a área do parque que se possibilitam as atividades comerciais aqui abordadas. O Parque Estadual da Pedra Branca abriga as encostas acima da cota 100 metros, preservando a floresta. A Foto 5 é uma fotografia da Serra de Santa Bárbara, localizada no Parque, em Vargem Grande.

Foto 5: Serra de Santa Bárbara, no Parque Estadual da Pedra Branca, em Vargem Grande



Percebe-se nessa Foto o Parque com escarpas recobertas pela Mata Atlântica
(Fonte: acervo pessoal)

Deixamos clara a importância do Parque para a manutenção das espécies da tão degradada Mata Atlântica. De maneira alguma defendemos que Vargem Grande não devesse possuir florestas e sabemos do papel de um Parque para que a floresta se mantenha. A questão que abordamos aqui é o fato de que o Estado mantém a apropriação da natureza enquanto mercadoria. Oseki (1996, p. 112) afirma que

No capitalismo, o movimento criado pelo consumo demanda a reprodução das coisas, em um espaço de produção. Esse espaço por sua vez requer um espaço de reprodução, controlado pelo Estado, que garanta a própria reprodutibilidade das coisas. Daí a necessidade da produção de espaços. De um modo de produção de coisas no espaço passa-se à produção de espaços.

A passagem acima mostra que o Estado é de fundamental importância para que haja a reprodutibilidade do capital e, no caso de Vargem Grande, é ele quem possibilita a exploração do produto verde, do lucro em cima do verde.

Mais uma vez se percebe que o espaço é fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista e que ele se torna “condição para a reprodução ampliada assegurada pelo Estado, que produz um espaço controlado” (CARLOS, 1996 p. 128). O Parque é um espaço controlado e sua implantação se dá por uma imposição que não beneficia todos os estratos da população, podendo ser notado um conflito entre moradores antigos e os administradores. Ora, esse espaço concebido é realizado (tornado real) com truculência e é o Estado o responsável por isso. Desta maneira, concorda-se com Lefebvre (1986), quando afirma que “o espaço abstrato é, portanto, repressivo por essência e excelência, mas de uma maneira particularmente hábil porque é múltipla, a repressão imanente que se manifesta tanto pela redução, pela localização (funcional), pela hierarquização e pela segregação, como pela arte” (apud OSEKI, 1996, p. 117).

Apoiado em Lefebvre, Shields (1987, sem página) afirma que “cada modo de produção tem uma relação distinta com o espaço, produz um tipo único de espaço”². Com isso, percebe-se que o espaço é socialmente produzido e que todo espaço é, de fato, um espaço social. Ora, se falamos em modo de produção produzindo um espaço, deve-se ter em mente que se estuda não o espaço em si, mas seu processo de produção. Para entender o espaço dentro desta visão, deve-se notar que “a espacialidade não se define em si, e o espaço não se reduz a um quadro físico (como faz o planejamento); ao contrário, indica um processo que ganha conteúdo na prática socioespacial, cuja dinâmica revela o movimento da sociedade” (CARLOS, 2005, p. 31). Nesse mesmo sentido, Oseki (1996, p. 111), apoiado nas idéias de Lefebvre, nos ajuda a entender o espaço partindo de sua produção:

O produto espaço não é um objeto, uma coisa, mas um conjunto de relações. Não é passivo nem vazio, não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias (...). Como produto, sincrônica e diacronicamente, o espaço intervém na produção social.

Assim, a exploração da natureza enquanto mercadoria deve ser encarada como um “momento” que produz (e ao mesmo tempo é produzido por) um tipo de espaço com características próprias e específicas, que são, na verdade um processo, o espaço é construído, confirmado e contestado a todo instante.

Notas:

1. Grifo do autor.
2. No original “each mode of production has a distinct relationship to space; it produces a unique type of space” (tradução da autora).

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP. 2006. 156 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, Amélia L., CARLOS Ana Fani A., SEABRA, Odette C. L. (orgs.) O Espaço no fim do século: A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 62-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Reprodução da Cidade como Negócio. In: CARLOS, Ana Fani A., CARRERAS, Carles (orgs.). Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-37.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, José de Souza Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 121-134.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Atlas das unidades de conservação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Metalivros, 2001. 48 p.

FRIDMAN, Fania Donos do Rio em nome do Rei: Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Garamond, 1999. 304p.

HARVEY, David A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Mapa do Município do Rio de Janeiro.

Disponível em:

< <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> > Acesso em 23 de Jun. de 2007.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> > Acesso em 04 de Jun. de 2007.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Municipal Complementar nº 79, de 30 de Maio de 2006.

LEITÃO, G. A Construção do Eldorado Urbano: O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá- 1970/1988. Niterói: EdUff, 1999. 132 p.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. Modo Capitalista de Reprodução e Agricultura. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

OLIVEIRA, Rogério R. Os Cenários da Paisagem. In: OLIVEIRA, Rogério R. As Marcas do Homem na Floresta: História Ambiental de um trecho de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

OSEKI, Jaime H. O único e o Homogêneo da produção do espaço. In: MARTINS, J. S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 109- 119.

SANTANA, Paola V. A Mercadoria Verde: A Natureza. . In: DAMIANI, Amélia L., CARLOS Ana Fani A., SEABRA, Odette C. L. (orgs.) O Espaço no fim do século: A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006. 384 p.

SHIELDS, Rob. Henri Lefebvre: La Production de L'Espace. Disponível na Internet. <http://http-server.carleton.ca/~rshields/prodspac.txt>. 9 de agosto de 2007

SITE CLICFILHOS. Disponível na Internet. www.clicfilhos.com.br/site. 14 de Maio de 2007.